

MEDIAÇÃO ESCOLAR E A CULTURA COLABORATIVA

Cristina Danielle Pinto Lobato
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Campus de São Carlos/São Paulo/ Brasil
cdplobato@gmail.com

Marcela Luiz Corrêa da Silva
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Campus de São Carlos/São Paulo/Brasil
marcelaluizcorrea@gmail.com

Entende-se que, ao estabelecer a mediação escolar na interação entre todos os sujeitos envolvidos com a escola, os laços de confiança se tornam mais fortes, as conversas acontecem de forma mais assertivas, com oportunidades de relações mais horizontais e democráticas.

Esta pesquisa-intervenção tem caráter qualitativo e exploratório e está sendo desenvolvida em uma escola municipal, de 1º a 9º ano do Ensino Fundamental, na grande São Paulo. É fruto de uma parceria entre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Subjetividade e Cultura (GEPESC) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Santana de Parnaíba, na grande São Paulo e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do mesmo município, um acordo com o propósito de refletir sobre conflitos na escola e a potência da mediação escolar como forma de amenizar as situações de violências, confrontos ou rivalidades.

Segundo Kressel e Pruitt (1989), a mediação, em geral, acontece com a intervenção de uma terceira parte neutra que auxilia os partícipes a alcançarem um acordo no decorrer da negociação. Para esses autores (1989), o mediador deve ter capacidade de intervir, recomendar e fazer sugestões, sem impor soluções ou tomar decisões vinculativas. Para Folberg e Taylor (1992), a mediação ajuda a minimizar os obstáculos de comunicação, refletir sobre inéditas alternativas, compreender as necessidades de cada sujeito envolvido e a proporcionar uma resolução para as dificuldades e problemas existentes.

Desenvolvimento da Pesquisa

A pesquisa, em andamento, teve início com uma extensão universitária com carga horária de 60hs, de forma híbrida (virtual e presencial), para os educadores

(equipe gestora, professores e funcionários) de uma escola municipal. A Formação em Mediação Escolar visa refletir sobre soluções de conflitos nos relacionamentos, por meio da escuta ativa e do respeito à diversidade nos diálogos; assim, como a compreensão dos tipos de violências dentro (simbólicas, psicológicas, verbais, físicas etc.) e fora (pobreza, desigualdade social, abandono, negligência etc.) da escola.

Este resumo ampliado tem como objetivo apresentar a perspectiva teórica da proposta de formação em Mediação Escolar, utilizando-se das ferramentas de mediação e negociação de Harvard (STONE, D.; PATTON, B.; HEEN, S., 2011), da Comunicação Não Violenta (ROSENBERG, 2006) e da perspectiva da Cultura Colaborativa (CALVO, 2014; VAILLANT, 2016; DAMIANI, 2008; FULLAN & HARGREAVES, 2000), com vistas a sensibilizar os educadores para questões que envolvem as relações sociais e interpessoais.

Mediação escolar e a cultura colaborativa

Para Costa e Silva et al. (2010), o mediador deve ser alguém que domina algumas técnicas de comunicação, pratica a escuta ativa, busca a assertividade com empatia e imparcialidade etc. Assim, a Formação em Mediação Escolar teve início a partir da elucidação de cada educador – de acordo com suas formações inicial e continuada – com explicitação de saberes apreendidos, ou não, ao longo da carreira, em busca de novas alternativas.

Neste estudo, conflito é compreendido como reconhecimento de diferenças e, portanto, ao pensar soluções, faz-se necessário transformações no processo, levando em conta o contexto e os padrões de relacionamentos. Dar aos conflitos uma dimensão mais profícua, significa considerar a diversidade, singularidade, multiplicidade criativa de pensamentos e ideias, bem como, considerar o outro como parte importante e fundamental da organização do ambiente escolar.

Com a técnica de negociação de Harvard (STONE, D.; PATTON, B.; HEEN, S., 2011), também, nominada Método de Harvard, existe a possibilidade de trabalhar qualquer tipo de conflito – individual, coletivo, político, familiar, comunitário –, por todos os agentes que dela fazem parte, inclusive na escola e/ou fora dela. A pessoa que lida com essa técnica não deve ter uma postura de emissário de mensagens, o que significa não averiguar quem está com "a verdade", nem julgar os fatos, mas, somente ter o objetivo de ouvir, e depois transmitir algo ao outro. Ao desconstruir a postura de emissário de mensagens, é possível traçar um diálogo de aprendizado, pois não há quem

esteja certo ou quem seja culpado. Esse tipo de visão gera conflitos, ao invés de aprendizados.

Nas conversas difíceis, adota-se a postura "E", com intenção de compreender a complexidade das relações, os diferentes pontos de vista e de sentimentos entre sujeitos. A postura "E" não significa concordar com tudo que outra pessoa vai dizer ou trazer à tona na conversa, mas de procurar respeitar o outro e tentar compreendê-lo em sua singularidade. Outra questão importante é manter a curiosidade no diálogo, buscando saber o que aconteceu em cada história relatada, o que impactou na conversa e o que cada um contribuiu para esse diálogo. Por isso, faz-se necessário fazer um feedback sobre o que foi ouvido, com intenção de saber se aquilo foi realmente o que foi dito, para tanto, utiliza-se a técnica da paráfrase. Fazer perguntas, parafrasear o que o outro diz para ter certeza do entendimento da conversa.

Rosenberg (2006), define a teoria da Comunicação Não Violenta (CNV) com pilares da empatia e da autoempatia, com a proposta de compreender os sentimentos de cada sujeito (e não os negar), e então buscar entender quais necessidades dessas pessoas não estão sendo atendidas. O foco de atenção da CNV está nos sentimentos e nas necessidades. Desta forma, aposta no exercício de autoempatia, autoconexão e autocompreensão, na interação consigo e com os outros.

A prática da CNV prevê quatro componentes sistematizados: observação (distinção do que é fato e julgamento), sentimentos (alfabetização emocional), necessidades (fundamentos, princípios compartilhados) e pedidos (deixar de ser exigência e se transformar em pedidos sinceros). Para o autor (2006), quanto mais específico somos, melhor é a compreensão do que está sendo expresso, por isso as palavras, ações ou acordos possuem importância nas relações cotidianas.

Além das técnicas da Mediação utilizadas na Formação em Mediação Escolar, utilizou-se a concepção de cultura colaborativa, uma perspectiva que não surge espontaneamente, visto que, para sua instauração, são necessárias mudanças de algumas posturas naturalizadas no contexto da escola, com fortes tendências hierárquicas. Ao contrário, o trabalho colaborativo, fundamenta-se na suposição de que os sujeitos aprendem melhor quando interagem e se relacionam, com novas ideias e conhecimentos.

Para os autores como Calvo (2014); Vaillant (2016); Damiani (2008), o ponto principal que compreende a cultura colaborativa está no reconhecimento de todos os envolvidos com a escola, por meio de trocas de experiências. Por isso, em situações de

aprendizagem no âmbito escolar, segundo Cerdas e López (2005), devem ser geradas dinâmicas de grupo com finalidade de contribuir, gradativamente, com saberes e aprendizagens implícitas em suas práticas, por meio de confiança mútua.

O que caracteriza uma cultura colaborativa, segundo Fullan e Hargreaves (2000), não são os procedimentos burocráticos, a organização formal, as reuniões etc., mas as atitudes difusas que permeiam as relações entre os profissionais – apoio, confiança etc.–, que definem a forma como ocorrem os relacionamentos.

Algumas Considerações

Neste resumo, buscou-se evidenciar algumas das perspectivas teóricas de uma proposta de formação em Mediação Escolar. Esta busca, pela Mediação de diretores, professores e funcionários tem resultado em confiabilidade entre os pares, melhoria da qualidade das relações dentro da escola, com planos de ação mais estruturados para a resolução de problemas. Algo precioso para as relações na escola, depois da Pandemia Mundial do Covid 19, com o fechamento das escolas no presencial, por quase dois anos.

Conclui-se que a Mediação Escolar pode ser constituída por novas reflexões sobre conflitos, dando prioridade para o incentivo às comunicações, aos diálogos com escuta ativa e ao compartilhamento de experiências e conhecimentos.

Referências

CALVO, G. Desarrollo profesional docente: el aprendizaje profesional colaborativo. In: OREALC/UNESCO. **Temas críticos para formular nuevas políticas docentes en América Latina y el Caribe: El debate actual**. Santiago: OREALC/UNESCO, 2014. p. 112-152. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232822_spa>. Acesso em: 01 set. 2022.

CERDAS, A. M.; LÓPEZ; I. El grupo de aprendizaje entre pares: una posibilidad de favorecer el cambio de la prácticas cotidianas de aula. In: ARELLANO, M.; CERDA, A. M. (Org.). **Formación continua de docentes: un camino para compartir**. Chile: CPEIP, 2005.

COSTA E SILVA, A. M. et al. Novos actores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos. **Revista Portuguesa de Educação: Universidade do Minho, Braga**, v. 23, n. 2, p. 119-151, 2010.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 13, n. 31, p. 213-230, 2008.

FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade**. Tradução de Regina Garces. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

FOLBERG, J., & TAYLOR, A. **Mediação: Um guia completo para resolver conflitos sem litígio**. São Francisco: Jossey Bass, 1984.

KRESSEL, K., & PRUITT, DG. Conclusões: Uma perspectiva de investigação sobre a mediação do conflito social. Em K. Kressel, DG Pruitt, & Associates, **Pesquisa de mediação** (394-435). São Francisco: Jossey Bass, 1989.

ROSENBERG, M. **Comunicação não-violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. 2. ed. São Paulo: Ágora, 2006.

STONE, D.; PATTON, B.; HEEN, S. **Conversas difíceis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VAILLANT, D. Trabajo colaborativo y nuevos escenarios para el desarrollo profesional docente. **Docencia**, Chile, n. 60, s/v, 2016. p. 5-13.